



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema de climatização, ventilação e exaustão, incluindo o controle, qualidade do ar, a elaboração e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), com fornecimento integral de peças, insumos, ferramentas e equipamentos para a Superintendência Estadual Rio Grande do Sul/SERS da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, localizada na Av. Senador Tarso Dutra, nº 605, 16º andar – Porto Alegre/RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR MÁXIMO GLOBAL ACEITÁVEL (R\$)
1	Contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema de climatização, ventilação e exaustão, a elaboração e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), com fornecimento integral de peças, insumos, ferramentas e equipamentos para a Superintendência Estadual Rio Grande do Sul/SERS da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, localizada na Av. Senador Tarso Dutra, nº 605, 16º andar – Porto Alegre/RS.	2771	ANO	01	24.900,72	24.900,72
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de análise da qualidade do ar nos ambientes climatizados para a Superintendência Estadual Rio Grande do Sul/SERS da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, localizada na Av. Senador Tarso Dutra, nº 605, 16º andar – Porto Alegre/RS.	16500	SEMESTRE	02	574,60	1.149,20

1.1.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, pois seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e consiste na elaboração e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, além dos serviços de análise da qualidade do ar dos ambientes climatizados.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, conforme justificativa anexada no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano, prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Para o item 1, o valor máximo estimado da contratação é de R\$ 24.900,72 (vinte e quatro mil e novecentos reais e setenta e dois centavos), correspondendo a um valor mensal de R\$ 2.075,06 (dois mil setenta e cinco reais e seis centavos).

1.6. Para o item 2, o valor máximo estimado da contratação é de R\$ 1.149,20 (um mil cento e quarenta e nove reais e vinte centavos), correspondendo a R\$ 574,60 (quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos) por semestre.

1.7. Os itens, quantidades e descrições e locações estão no Projeto de Instalação do Sistema e na Documentação As-Built, anexos a este Termo de Referência.

1.8. A licitação será dividida em 02 (dois) itens:

1.8.1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema de climatização, ventilação e exaustão, a elaboração e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), com fornecimento integral de peças e insumos de consumo, ferramentas e equipamentos.

1.8.2. Serviços de análise da qualidade do ar nos ambientes climatizados, mediante coleta e análise em 21 (vinte e um) pontos (20 internos e 1 externo).

1.9. Considerando o previsto na Resolução nº 09, de 16/01/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, os itens acima não poderão ser prestados pela mesma empresa.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão elencados nas obrigações da Contratada.

5.1.2. O contrato terá duração inicial de 1 (um) ano.

5.1.3. O serviço aqui descrito enquadra-se como continuado, nos termos do art. 15, da IN 05/2017, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

- 5.1.4. Não haverá necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas ao fim do contrato.
- 5.1.5. As especificações dos serviços estão descritas no item 7 (Modelo de Execução do Objeto).
- 5.2. A Contratada deverá seguir o disposto nas normas técnicas atinentes ao objeto aqui descrito, em especial:
- 5.2.1. NBR 5410-2004 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- 5.2.2. NBR 15848-2010 - Sistemas de ar condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI).
- 5.2.3. NBR 13971-2014 - Manutenção de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento;
- 5.2.4. NBR 10080-1987 – Instalações de ar-condicionado para salas de computadores - Procedimento;
- 5.2.5. NBR 16401-2008 – Instalações de ar condicionado – Sistemas centrais e unitários;
- 5.2.6. NBR 14679-2012 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- 5.2.7. NBR 6675-1993 - Instalação de condicionadores de ar de uso doméstico (tipo monobloco ou modular).
- 5.2.8. NBR 7541-2004 - Tubo de cobre sem costura para refrigeração e ar-condicionado – Requisitos.
- 5.2.9. NBR 16186-2013 - Refrigeração comercial, detecção de vazamentos, contenção de fluido frigorífico, manutenção e reparos.
- 5.2.10. NBR 10151-2000 - Versão Corrigida 2003 - Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento.
- 5.2.11. NBR 10152-1987 – Versão Corrigida 1992 - Níveis de ruído para conforto acústico – Procedimento.
- 5.2.12. NBR 15960-2011 - Fluidos frigoríficos - Recolhimento, reciclagem e regeneração (3R) — Procedimento.
- 5.2.13. NBR 15465-2008 - Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão – Requisitos de desempenho.
- 5.2.14. Norma Regulamentadora 4 - Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho.
- 5.2.15. Norma Regulamentadora 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- 5.2.16. Norma Regulamentadora 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- 5.2.17. Norma Regulamentadora 7 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- 5.2.18. Norma Regulamentadora 9 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais
- 5.2.19. Norma Regulamentadora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- 5.2.20. Norma Regulamentadora 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- 5.2.21. Norma Regulamentadora 35 – Trabalho em Altura.
- 5.2.22. Portaria Ministério da Saúde nº. 3.523, de 28 de agosto de 1998.
- 5.2.23. Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018;
- 5.2.24. Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA e alterações posteriores.
- 5.2.25. Portaria MARE nº 2.296 de 23/07/97, e atualizações.
- 5.2.26. Instrução Normativa IBAMA/MMA 37, de 29 de junho de 2004.
- 5.2.27. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- 5.2.28. Decreto Nº 99.280, de 06 de junho de 1990.
- 5.2.29. Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012.
- 5.2.30. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 5.2.31. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 02, de 02 de junho de 2014.
- 5.2.32. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 06, de 23 de dezembro de 2013.
- 5.2.33. Portaria INMETRO nº. 372, de 17 de setembro de 2010.
- 5.2.34. Normas internacionais consagradas, em caso de falta de normas da ABNT, ou para complementar os temas previstos em normas nacionais.
- 5.2.35. Disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes.
- 5.2.36. Recomendações dos fabricantes.
- 5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (51) 2104-8331 ou (51) 2104-8324, informando número do documento de identidade civil e CPF, a fim de realizar sua entrada no órgão.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública, devendo a licitante executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.
- 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil, documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria e documento que comprove seu registro no conselho de classe respectivo.
- 6.2.2. Realizada a visita/vistoria, a SERS emitirá o Atestado de Vistoria, conforme modelo definido anexo deste Termo de Referência, atestando textualmente que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.
- 6.2.3. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria nos locais, firmará declaração conforme modelo anexo deste Termo de Referência, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço do presente Termo.
- 6.2.4. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, enquadrando a necessidade de eventuais alterações como álea ordinária, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.
- 6.2.5. A apresentação do Atestado de Visita/Não Vistoria, conforme modelo disponibilizado anexo a este Termo de Referência, serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.
- 6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as

informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.2. A Contratada deverá designar formalmente, na data do início da vigência do Contrato, preposto, aceito pela Fiscalização do Contrato, para representá-la administrativamente durante a execução do Contrato, em atenção ao disposto no art. 68 da Lei no 8.666/1993.

7.2.1. A indicação do preposto deverá ser feita mediante declaração em que deverá constar o nome completo, o CPF e o documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

7.2.1.1. O preposto poderá ser também o responsável técnico pela prestação dos serviços, desde que possua os requisitos de qualificação exigidos ao longo deste Termo de Referência.

7.2.2. A Contratada deverá orientar o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

7.2.3. São atribuições do preposto, sem se limitar a estas:

7.2.3.1. Atender prontamente a quaisquer solicitações da Fiscalização do Contrato ou do pessoal por ele designado;

7.2.3.2. Entregar e receber documentos do Contratante em nome da Contratada.

7.2.3.3. Gerenciar operacionalmente os empregados na realização dos serviços, fazendo-os cumprir as cláusulas contratuais, as normas técnicas pertinentes para a boa execução do objeto contratado, bem como as normas disciplinares da Administração.

7.2.3.4. Encaminhar ao responsável pela fiscalização do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados.

7.2.3.5. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

7.3. O horário normal de realização dos serviços de operação e manutenção (preventiva e corretiva) dos sistemas de climatização, sistema de ventilação/exaustão, sistema de distribuição de ar e sistema elétrico e eletrônico associado, além dos serviços de análise da qualidade do ar, será prestado de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no período compreendido entre 08:00 e 18:00 horas.

7.3.1. Os serviços, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no período indicado acima. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento dos sistemas de ar condicionado ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento da Contratante, os serviços deverão ser programados para outros horários e dias, conforme orientações da fiscalização da Contratante.

7.4. A execução dos serviços e procedimentos aqui descritos serão de total responsabilidade da Contratada, independentemente dos horários de trabalho (diurnos, noturnos, dias úteis ou fins de semana e feriados) e de materiais complementares, sem nenhum custo extraordinário ao Contratante além daqueles contratados.

7.5. A Contratada para o Item 01 deverá adotar todas as medidas necessárias, incluindo registro, junto aos fabricantes dos equipamentos a fim de que eles continuem com a garantia de fábrica.

7.6. Todas as partes, peças e insumos necessários para as rotinas de manutenção estão previstas no valor fixo mensal (ou semestral, conforme o caso) pago à Contratada, não cabendo nenhum custo adicional para a Contratante.

7.7. O transporte de pessoal, os deslocamentos dos materiais, equipamentos e ferramentas (inclusive escada ou montagem de andaime) serão de responsabilidade da Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

7.8. **Serviços de manutenção preventiva (Item 01)**

7.8.1. A manutenção preventiva periódica deverá ser executada independentemente de demanda pela Contratante, de acordo com as rotinas, quantitativos e especificações apresentadas.

7.8.2. Os serviços de atendimento de manutenção preventiva caracterizam-se por uma disponibilidade continuada e visitas programadas para a realização dos serviços, em concordância com a programação dos serviços de manutenção (PMOC).

7.8.3. Por ocasião dos serviços de manutenção preventiva, a Contratada fornecerá os materiais de consumo, de limpeza, acessórios e componentes decorrentes de substituição ou utilização sem custos adicionais ao Contratante.

7.8.4. A manutenção preventiva dos sistemas será executada com base nas Rotinas de Manutenção Preventiva, dispostas neste Termo de Referência e nas prescrições dos fabricantes, em consonância com as orientações e demandas da Fiscalização.

7.8.4.1. Além das rotinas mínimas apresentadas neste Termo de Referência, serviços adicionais poderão ser adicionados ao PMOC mediante demandas da ABIN, recomendações do fabricante ou sugestões da Contratada.

7.8.5. Caso os responsáveis técnicos pelos serviços julguem necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos e sistemas, deverá submeter o assunto à Fiscalização.

7.8.6. A primeira manutenção preventiva deverá ser realizada, no máximo, 1 (uma) semana após a assinatura do Contrato, devendo as seguintes serem realizadas nos meses seguintes na mesma data da primeira.

7.8.6.1. Após a assinatura do Contrato, deverá ser emitida a ART dos serviços. O profissional referido na ART deverá ser o mesmo responsável pela prestação dos serviços.

7.8.6.2. Todo o sistema de climatização da SERS, conforme documentação anexa a este Termo de Referência, será objeto de manutenção preventiva, seja dispositivos de drenagem, interligações elétricas, placas eletrônicas, controles remotos e quaisquer outros.

7.9. **Serviços de manutenção corretiva ou emergencial (Item 01)**

7.9.1. Os serviços de manutenção corretiva ou emergencial, apesar de também se caracterizarem por uma disponibilidade continuada, serão acionados apenas quando solicitados pela Contratante ou quando detectada a falha pela Contratada, com a devida comunicação à Fiscalização do Contratante, incluindo, por parte da Contratada, a mão de obra, materiais e insumos necessários para o reparo e/ou substituição de peças e acessórios em todos os equipamentos e componentes das instalações de climatização.

7.9.2. A manutenção corretiva ou emergencial, caracterizada por serviços planejados ou não, possui o objetivo de reparação, restauração, conserto, substituição de equipamentos, componentes ou peças na busca de corrigir falhas, devendo ser minimizada com a prática constante da prevenção e planejada quando da paralisação parcial ou total dos sistemas ou equipamentos envolvidos.

7.9.2.1. Todo o sistema de climatização da SERS, conforme documentação anexa a este Termo de Referência, será objeto de manutenção corretiva, seja dispositivos de drenagem, interligações elétricas, placas eletrônicas, controles remotos e quaisquer outros que façam parte do sistema.

7.9.2.2. Constatada a contaminação do ar, a higienização dos locais terá caráter preventivo, sendo de responsabilidade da Contratada a realização dos serviços e fornecimento dos materiais de higienização nos locais identificados com foco de contaminação, de acordo com os parâmetros definidos e adotados por norma, especialmente a Resolução nº 09 de 2003 da ANVISA.

7.9.3. A Contratada deverá atender a toda e qualquer solicitação dos fiscais técnicos e/ou administrativos da Contratante para a imediata execução de manutenções corretivas, dentro dos prazos previstos, mesmo em caso de ocorrências simultâneas, ou fora do horário/dia de expediente da Contratante.

- 7.9.4. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização da Fiscalização. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da Contratada.
- 7.9.5. Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela Contratada à Fiscalização. Após análise da Fiscalização, deverão ser destinados de forma ambientalmente adequada, inclusive com a entrega dos certificados aplicáveis e aplicação das diretrizes de logística reversa.
- 7.9.6. Caso seja identificado um defeito no sistema ou equipamento, a Contratada deverá apresentar laudo técnico e efetuar a substituição das partes defeituosas, sem ônus adicional à Contratante.
- 7.9.7. Nos equipamentos ou sistemas que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia, devendo a Contratada prestar auxílio à Contratante nos contatos com a assistência técnica autorizada.
- 7.9.8. Caso a Contratada execute qualquer intervenção que resulte na perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.
- 7.9.9. As manutenções corretivas das unidades condensadoras deverão ser, impreterivelmente, acompanhadas e coordenadas no local pelo Engenheiro Mecânico responsável técnico do Contrato ou Engenheiro Mecânico responsável pela condução dos serviços credenciado pelo fabricante.
- 7.9.10. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos serviços de recomposição de gás, fechamento de linhas frigorígenas, balanceamento, bem como de recuperação e aferimento de componentes eletrônicos.
- 7.9.11. A Contratada sempre substituirá peças e insumos em caso de comprovada necessidade, mediante prévia justificativa assinada pelo seu responsável técnico e aprovada pela Contratante, sem custos adicionais para a Contratante.
- 7.9.11.1. As peças e insumos fornecidos deverão ser originais do fabricante dos equipamentos ou de fornecedor por ele expressamente autorizado, não sendo aceitos peças ou equipamentos recondicionados, de segunda linha ou similares.
- 7.9.12. A Contratada deverá realizar testes e ajustes após os reparos para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- 7.9.13. Por ocasião dos serviços de manutenção corretiva ou emergencial, a Contratada será responsável pelo fornecimento dos materiais, peças ou componentes de reposição, novos, originais e de primeiro uso, necessários à perfeita operação dos sistemas de climatização, ventilação/exaustão sem custos adicionais à Contratante.
- 7.9.14. O responsável técnico pela condução dos serviços deverá se apresentar à Fiscalização, em situações de manutenção corretiva, emergencial ou em circunstâncias indispensáveis definidas pela Fiscalização, no prazo máximo de 4 (quatro) horas após a sua convocação, ou quando solicitado sem prévio agendamento, ainda que fora do horário e dia especificados para a manutenção.
- 7.9.14.1. Nas hipóteses acima, o responsável técnico pela condução dos serviços deverá alocar imediatamente a equipe de manutenção necessária para a solução do problema, mesmo que fora do horário e dia especificados para os serviços.
- 7.9.15. A Contratada será acionada para atender as demandas corretivas e/ou emergências exclusivamente pela Fiscalização - fiscal administrativo e/ou fiscal técnico do contrato.
- 7.9.16. As Ordens de Serviço abertas pela Fiscalização do Contrato para manutenção corretiva e emergencial serão numeradas sequencialmente, conterão um descritivo do problema, com a indicação dos ambientes nos quais os problemas estão ocorrendo e demais informações julgadas úteis pela Fiscalização do Contrato.
- 7.9.17. Será da responsabilidade da Contratada o fornecimento das peças, materiais e insumos seguintes, mas sem se limitar a: sensor de ambiente, sensor de degelo, placa eletrônica, capacitor, compressor, motor do ventilador, filtro de ar, contactora, hélice, serpentina, fusíveis, parafusos, correias, ímãs, terminais elétricos, graxas, solventes, produtos químicos para limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferrugínosa, tinta, lixa, neutrol, underseal, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, tubo esponjoso, massa de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para acondicionamento de detritos, materiais para solda, zarcão, gases refrigerantes, óleos lubrificantes, oxigênio, nitrogênio, acetileno, materiais e produtos de limpeza em geral e de sistemas frigoríficos e desincrustantes.
- 7.9.18. Os instrumentos a seguir deverão estar disponíveis e utilizados para a prestação dos serviços: Alicate amperímetro digital True RMS para leituras de até 1000 A, tensão AC até 750 V e tensão DC até 1000 V CAT III com registro de máximo e mínimo; Termo-higrômetro digital para leitura na escala de 0°C a +60°C de temperatura e de 5% a 95% para a umidade relativa; Termômetro digital com, no mínimo, 4 sensores (simultâneo); Termômetro infravermelho/laser para leitura de 10° a + 300°C; Decibelímetro digital para leitura até 130 dB (A); Jogo de manômetro completos (manifold) com mangueiras compatíveis com os equipamentos; Detector eletrônico de vazamento de refrigerante; Vacuômetro eletrônico com display digital; Anemômetro digital; Tacômetro digital de contato para leitura até 19.999 RPM; Termovisor com câmera integrada e tela de 3", faixa de Temperatura: -20 °C a 250 °C; Furadeira tipo profissional de alto impacto, portátil, com jogos de brocas completo de aço rápido, aço carbono e com ponta de vidia; Corta fio; Máquina de solda-brasagem oxiacetileno (ref. PPU); Lavadora de alta pressão de água com pistola; Kit flangeador de tubos; Cilindro para fluido refrigerante de 7 m³; Cilindro de nitrogênio de 7 m³; Máquina transferidora e recuperadora de fluido refrigerante de alta vazão; Bomba de vácuo nas capacidades compatíveis com os circuitos frigoríficos (no mínimo 10 cfm); Conjunto de saca-polias de 3 garras; Jogo de chaves para tubos (flangeador, corta-tubos e chave corrente); Escadas para trabalhos em altura; Alicate manual de catraca para terminais laminados de 0,5 a 6 mm²; Descascador/cortador de fios e cabos de 0,13 a 6 mm²; Rebitador manual com 3 pontas; Escada de madeira ou fibra para utilização dos eletricitistas; Máquina para limpeza de ar condicionado split (com reservatório mínimo de 16 litros e pressão de bomba de 80 psi); Bolsa coletora para split hi-wall até 30 kBTu/h; Bolsa coletora para split piso-teto até 60 kBTu/h; Jogo de chave tipo "FIXA" completo; Jogo de chaves tipo "ALLEN" completos; Jogo de chaves tipo "ESTRELA" completos; Jogo de chaves tipo "BOCA" completos; Jogo de chaves tipo "SOQUETE" completos; Jogo de chaves tipo "PHILIPS" completos; Jogo de chaves tipo "FENDA" completos; Jogo de chaves tipo "COMBINADAS" completos; Jogo de chaves tipo "CATRACA" completos; Alicate de pressão 8"; Alicate tipo universal 8" com cabo isolado; Alicate de bico ½ cana com cortador 7 1/2" redondo com cabo isolado; Alicate tipo chato com cabo isolado; Alicate de corte 5" com cabo isolado; Martelo de orelha (1/2 kg); Chave tipo inglesa pequena (8"); Ferro de solda (estanhamento).
- 7.9.19. A Contratada deverá seguir as seguintes diretrizes na prestação dos serviços de manutenção:
- 7.9.19.1. Deverão ser utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 7.9.19.2. Deverão ser adotadas medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- 7.9.19.3. Deverá ser observada a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 7.9.19.4. Deverão ser fornecidos aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- 7.9.19.5. Deverá ser realizado um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 7.9.19.6. Deverá ser realizada a separação dos resíduos recicláveis e destinados adequadamente;
- 7.9.19.7. Deverão ser respeitadas as normas técnicas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- 7.10. **Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC (Item 01)**
- 7.10.1. A Contratada deverá apresentar um plano de ação com metas, medidas preventivas, prioridades e cronograma de execução das atividades para garantir a segurança operacional dos sistemas e a qualidade do ar interior. O Plano de Manutenção, Operação e Controle deverá incluir as atividades mínimas apresentadas neste Termo de Referência, além das reconhecidas como necessárias conforme identificadas pelo responsável técnico, além de medidas de controle ou de saneamento das situações de risco à qualidade do ar interno.
- 7.10.1.1. Deverá conter a identificação do estabelecimento e a identificação dos ambientes (tipo de ocupação/atividade, quantidade de pessoas, capacidade de refrigeração instalada, área climatizada total, etc.). Verificar as condições ambientais, principalmente de conforto térmico e de renovação de ar exterior de cada ambiente ocupado.
- 7.10.1.2. O PMOC deverá apresentar a descrição das atividades a serem desenvolvidas, a periodicidade delas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha dos equipamentos e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização.
- 7.10.1.3. Deverá ser realizado o levantamento de todos os equipamentos, com o preenchimento das fichas de equipamentos, em que deverão constar as condições de

funcionamento e de estado de conservação. O levantamento deverá ser anexado ao PMOC.

7.10.1.4. Para cada equipamento deverão ser apresentadas as atividades periódicas com a identificação dos seguintes aspectos: a) tipo de equipamento; b) tempo efetivo de operação; c) regime de operação; d) tipo de aplicação; e) grau de agressividade do ambiente; f) disponibilidade da instalação para manutenção; e g) fatores específicos da instalação.

7.10.1.5. Apresentar cronograma de trocas de filtros / telas dos equipamentos de climatização, ventilação, exaustão, insuflamento, retorno e de renovação de ar.

7.10.1.6. O PMOC deverá apresentar a distinção das atividades periódicas a serem executadas em intervalos de tempo regulares e das atividades a serem executadas, se necessário, em função de avaliação durante os serviços de campo.

7.10.1.7. O PMOC deverá descrever as condições de testes, as análises, e as medidas necessárias, conforme as orientações técnicas da RE/ANVISA nº 9, de 16 de janeiro de 2003, para que os sistemas permaneçam dentro de parâmetros recomendáveis em relação a contaminação biológica, química ou física (Normas Técnicas 001, 002, 003, 004) e as recomendações para controle (Quadros I e II) da referida Resolução.

7.10.1.8. Deverá ser realizado o levantamento de todos os manuais de operação e manutenção dos equipamentos e anexados ao PMOC.

7.10.1.9. O projeto "as built" ou os projetos executivos das instalações deverão ser anexos ao PMOC.

7.11. **Relatórios Técnicos de Manutenção (Item 01)**

7.11.1. Os relatórios a serem entregues pela Contratada são divididos em:

7.11.1.1. Relatório de Execução de Manutenção Preventiva.

7.11.1.2. Relatório de Execução de Manutenção Corretiva ou Emergencial.

7.11.2. A Contratada deverá elaborar os relatórios mensais, preenchê-los e encaminhá-los à Contratante em até 05 (cinco) dias após a conclusão dos trabalhos e nos formatos aprovados pela Contratante.

7.11.2.1. A Contratada deverá submeter modelo de relatório para aprovação prévia da Contratante, devendo efetuar os ajustes que a Contratante julgar necessários, inclusive após sua aceitação.

7.11.3. Deverá ser apresentado o relatório técnico de manutenção, contendo todos os registros e documentos capazes de rastrear as atividades realizadas durante o período – manutenções preventivas e corretivas.

7.11.4. Todas as inspeções de rotinas deverão gerar o relatório de manutenção preventiva (registros detalhados da execução das rotinas conforme PMOC).

7.11.5. Todas as intervenções corretivas ou emergenciais deverão gerar o relatório de manutenção corretiva (registros detalhados da execução do serviço e a necessidade de insumos, materiais, acessórios e/ou peças).

7.11.6. Os relatórios devem primar pela organização, ser preenchidos de forma correta e sem rasuras, ser datados e assinados, pelos engenheiros responsáveis e pelos técnicos da Contratada, devendo ainda possuir embasamento técnico e normativo, e ser conclusivos.

7.11.7. Os relatórios de manutenção preventiva devem ser preenchidos por ocasião da execução das rotinas.

7.11.8. Os relatórios deverão vir acompanhados de anexos fotográficos para o bom entendimento de todos os detalhes dos serviços realizados, em especial quando se tratar de procedimentos de manutenção corretiva.

7.11.9. Os relatórios de manutenção preventiva deverão registrar quaisquer irregularidades porventura encontradas nos sistemas, peças e componentes, assim como outras informações julgadas relevantes.

7.11.10. Para cada manutenção corretiva efetuada, deverá ser elaborado o respectivo relatório de manutenção corretiva.

7.11.11. O relatório técnico de manutenção deverá ser composto, no mínimo, das seções abaixo descritas.

7.11.11.1. Descrição das principais ações implementadas no período e os resultados obtidos. Deverão ser apontadas também as atividades que ficaram pendentes para os períodos posteriores, ressaltando o motivo da pendência, a solução a ser adotada e a previsão de implementação.

7.11.11.2. Descrição das principais manutenções corretivas, decorrentes tanto de chamados quanto de constatações durante a execução das rotinas de manutenção preventiva e serviços emergenciais, apontando as soluções adotadas.

7.11.11.3. Análise dos serviços subcontratados, caso existam.

7.11.11.4. Todos os relatórios de manutenções corretivas executadas no período.

7.11.11.5. Tabela listando os chamados abertos no período e pendentes do período anterior em que constem, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número da OS, que serão geradas em ordem sequencial;
- b) Data de abertura;
- c) Data de fechamento;
- d) Descrição do chamado;
- e) Solução adotada.

7.11.11.6. O resumo das rotinas de manutenção preventiva.

7.11.12. A Contratada deverá entregar o relatório técnico relativo às manutenções efetuadas no período em formato impresso e eletrônico.

7.11.13. A versão impressa deverá ser encadernada e ter boa qualidade de impressão, apresentando fotos e gráficos em cores.

7.12. **Rotinas Mínimas de Manutenção Preventiva (Item 01)**

7.12.1. **Mensalmente**

7.12.1.1. Limpar/lavar filtros das unidades evaporadoras. Verificar se o interior e exterior do equipamento está limpo e livre de detritos decorrentes da manutenção. Efetuar as trocas quando necessárias e segundo o plano de manutenção do fabricante.

7.12.1.2. Limpar/lavar as serpentinas das unidades condensadoras. Verificar e corrigir aletas amassadas.

7.12.1.3. Verificar a eficiência do dreno do condensado da bandeja (entupimento). Verificar funcionamento da bomba de condensado (dreno) das unidades evaporadoras (cassetes e high-wall).

7.12.1.4. Realizar a limpeza externa das evaporadoras, condensadoras, unidades ventiladoras e dispositivos de exaustão, insuflamento e retorno. Verificar a vedação dos painéis de fechamento, fixação e danos, efetuando a substituição sempre que necessário.

7.12.1.5. Realizar a limpeza dos dutos e tubulações frigoríferas.

7.12.1.6. Verificar a existência de ruídos e/ou vibrações anormais em todo o sistema e corrigi-los.

7.12.1.7. Verificar o funcionamento dos controles elétricos e controle remoto, substituindo sempre que apresentarem defeitos ou mal funcionamento;

7.12.1.8. Verificar o estado de conservação do isolamento termoacústico de todo o sistema e substituir na existência de bolor ou em caso de desempenho insuficiente (barulho ou aquecimento excessivos).

7.12.1.9. Limpar drenos e bandejas das evaporadoras;

- 7.12.1.10. Verificar a existência de danos e/ou corrosão nos aletados e molduras dos equipamentos, removendo e corrigindo sempre que forem encontrados.
- 7.12.1.11. Verificar o alinhamento das polias, a tensão e o estado das correias dos ventiladores/trocadores de calor e exaustores, efetuando as correções necessárias.
- 7.12.1.12. Efetuar a limpeza das caixas de filtragem e dispositivos de vazão, efetuando correções e ajustes sempre que for necessário.
- 7.12.1.13. Reapertar mancais, suportes, parafusos e partes móveis de todo o sistema.
- 7.12.1.14. Efetuar o complemento ou carga total de gás refrigerante, quando for verificada perda de rendimento por baixa carga de gás ou for constatado baixo nível do gás por outros motivos;
- 7.12.1.15. Verificar a existência de vazamentos, corrigindo sempre que forem encontrados.
- 7.12.1.16. Limpar as placas eletrônicas, efetuando substituições das defeituosas.
- 7.12.1.17. Limpeza da tomada de ar externo, efetuando sua substituição sempre que necessário.
- 7.12.1.18. Verificação de tensões e correntes em todos os equipamentos, efetuando os ajustes nas ligações elétricas dos equipamentos.
- 7.12.1.19. Verificar tubulações, termostatos, capacitores, tomadas, chaves seletoras e outros componentes elétricos;
- 7.12.1.20. Efetuar pintura total ou parcial dos aparelhos, no caso de existência de pontos de corrosão ou outros danos.
- 7.12.1.21. Efetuar leitura das temperatura da tomada, de descarga de ar, interna e externa, registrando os valores encontrados e efetuando as correções necessárias.
- 7.12.1.22. Efetuar aferições de pressões de alta e de baixa.
- 7.12.2. Semestralmente
- 7.12.2.1. Lavar e remover biofilme de bandejas de condensado, serpentinas e superfícies internas as evaporadoras com produtos biodegradáveis.
- 7.12.2.2. Verificar e apresentar diagnóstico de funcionamento e configuração dos sistemas/equipamentos com software específico dos fabricantes (carga de gás; pressões e temperaturas; dispositivos de controle e proteção; compressores; ventiladores), efetuando os ajustes e correções sempre que forem encontradas alterações com relação aos parâmetros recomendados.
- 7.12.2.3. Verificar o funcionamento dos sensores de temperatura e de pressão, substituindo-os sempre que apresentarem problemas.
- 7.13. Análise da qualidade do ar interior (Item 02)
- 7.13.1. A Contratada prestará os serviços de análises microbiológicas e de diagnóstico da qualidade do ar interior, semestralmente, de acordo com a metodologia adotada na Resolução nº 09, de 16/01/2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- 7.13.2. Os serviços deverão ser executados por meio da coleta de amostras de ar ambiente interior e de ar exterior, e posterior realização de análises microbiológicas, de concentração de dióxido de carbono, de aerodispersóides, análises de temperatura, de umidade, de velocidade e taxa de renovação de ar.
- 7.13.3. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento e a disponibilização de todos os materiais de consumo a serem utilizados nos serviços, livre de qualquer pagamento adicional. São considerados materiais de consumo: fluidos, panos, filtros de coleta, reagentes, produtos químicos de análise e quaisquer outros produtos utilizados para a realização das análises.
- 7.13.4. É de responsabilidade da Contratada possuir todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- 7.13.5. O prazo total para a coleta e emissão do relatório final será de 60 (sessenta) dias corridos a contar do início das medições.
- 7.13.6. Para a segunda análise, o prazo para a coleta e emissão do relatório final será o mesmo, que será realizada depois de transcorridos 06 (seis) meses da realização da primeira análise.
- 7.13.7. A Contratada deverá realizar a programação e planejamento detalhado das atividades e dos pontos onde serão realizadas as coletas de material em conjunto com a Fiscalização do Contrato.
- 7.13.7.1. Sugere-se que as coletas e análises da qualidade do ar nos ambientes interiores/equipamentos sejam realizadas nos seguintes pontos: coleta do ar insuflado, coleta do ar de retorno, coleta do ar de mistura, coleta do ar de renovação do ar externo, coleta nos dutos de insuflamento.
- 7.13.7.2. Deverão ser feitas coletas e análises pelo menos 5 (cinco) pontos para cada análise apresentada na RE/ANVISA nº 9, de 16 de janeiro de 2003, totalizando ao menos 20 (vinte) pontos, e 1 (um) ponto externo para a NT 001 da mesma RE/ANVISA nº 9, de 16 de janeiro de 2003, totalizando, no mínimo, 21 (vinte e um) pontos a serem analisados.
- 7.13.7.3. A Contratada será analisada pela análise das plantas e projetos dos sistemas de ar climatização, pela realização de vistoria “in loco” e avaliação das necessidades de inclusão ou exclusão de ambientes/equipamentos nas análises.
- 7.13.8. O laboratório que realizará as análises microbiológicas das amostras de ar e material particulado, e seus responsáveis técnicos, deverão estar em situação regular perante os Conselhos Regionais de Biologia, Química e/ou demais instituições oficiais regulamentadoras.
- 7.13.8.1. O laboratório de análise das amostras deverá atender aos requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2017.
- 7.13.9. O profissional deverá ser credenciado em Conselho da categoria profissional ou outro órgão com esta atribuição, que o autorize a realizar a coleta e análise do ar, e deverá possuir competência legal conforme preconiza a Resolução RE nº 09/2003 da ANVISA.
- 7.13.9.1. Em relação aos procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais, considera-se como responsável técnico, o profissional que tem competência legal para exercer as atividades descritas, sendo profissional de nível superior com habilitação na área de química (Engenheiro químico, Químico e Farmacêutico) e na área de biologia (Biólogo, Farmacêutico e Biomédico) em conformidade com a regulamentação profissional vigente no país e comprovação de Responsabilidade Técnica - RT, expedida pelo respectivo órgão de classe.
- 7.13.10. O relatório final deverá conter os resultados e interpretações, traduzidas em termos acessíveis, de modo a indicar com precisão os níveis de “contaminação” de cada ambiente/equipamento analisado, devendo constar:
- a) Identificação do serviço, objetivos e introdução;
 - b) Normas técnicas de referência para realização do trabalho;
 - c) A análise microbiológica do ar (qualitativa quantitativa e relativa);
 - d) Contaminação química (dióxido de carbono e aerodispersóides);
 - e) Parâmetros físicos (temperatura, umidade e velocidade do ar);
 - f) Comparação dos resultados obtidos com os padrões de exigências legais e infralegais;
 - g) Indicação das não-conformidades identificadas e análise de causas prováveis dos problemas;
 - h) Sugestão de medidas corretivas para sanar os problemas identificados;
 - i) O relatório deverá ser elaborado em linguagem de comunicação português-Brasil, seguindo os padrões de redação das normas ABNT vigentes, especialmente a ABNT NBR 10719/2015.
- 7.13.11. O relatório final e os laudos de análise microbiológica da qualidade do ar dos ambientes climatizados deverão correlacionar os condicionadores de ar (local / sala), data, local e horário da coleta com os resultados obtidos.
- 7.13.12. O relatório final deverá sugerir as ações corretivas, com a implementação de novas rotinas ou atividades na manutenção programada (preventiva ou corretiva) para melhoria da qualidade do ar nos ambientes internos e externos, devendo fornecer subsídios para as decisões do responsável técnico pelo PMOC, quanto à definição de

periodicidade dos procedimentos de limpeza e manutenção dos componentes dos sistemas.

7.13.13. As cópias dos certificados de calibração de todos os instrumentos de medição, necessários à realização dos serviços, devem fazer parte do relatório técnico final.

7.13.14. Caso, durante a vigência do Contrato, ocorra alterações surjam novas normas técnicas acerca da análise de qualidade do ar, estas deverão ser integralmente seguidas, sem ônus adicional à Contratante.

7.14. **Equipe Técnica (Item 01)**

7.14.1. Além do responsável técnico, a Contratada para o item 1 deverá disponibilizar de, no mínimo, os seguintes profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, para a execução dos serviços:

7.14.1.1. Auxiliar de manutenção – CBO 5143-10 (manutenção do sistema de climatização)

a) Qualificação: Comprovar a qualificação de nível médio (antigo 2º grau).

b) Capacitação: Ter, no mínimo, 01 (um) ano de experiência profissional em atividades de manutenção.

c) Atribuições: Auxiliar o Mecânico de Refrigeração na execução das suas atividades; executar os serviços gerais de baixa complexidade; utilizar instrumentos, ferramentas e equipamentos específicos; realizar o trabalho com segurança, cumprindo as normas de Segurança do Trabalho e usando equipamentos de proteção (EPI's); zelar pela conservação, limpeza e estado de operação dos instrumentos, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação do responsável técnico (engenheiro mecânico).

7.14.1.2. Mecânico de Refrigeração e Ar Condicionado – CBO 9112-05 (manutenção de aparelhos de climatização e refrigeração)

a) Qualificação: Comprovar a titulação de Mecânico de Manutenção de Ar Condicionado em curso ministrado por entidades oficiais reconhecidas como tal pelo mercado, como o SENAI ou equivalente.

b) Capacitação: Mecânico de manutenção de ar condicionado em sistemas de climatização tipo VRF e split, com certificado de capacitação - compatível aos equipamentos instalados nas dependências da Contratante, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada, que lhe capacite a executar serviços de manutenção preventiva e corretiva e operação de todos os equipamentos de climatização instalados em conformidade com especificações e normas técnicas.

c) Atribuições: Executar instalação e manutenção de comando elétrico e de painel de controle de equipamentos de climatização, conforme projeto específico; instalar, substituir, ampliar, modificar, trocar e recuperar componentes de sistemas de climatização, utilizando equipamentos e ferramentas adequadas; realizar o trabalho com segurança, cumprindo as normas de Segurança do Trabalho e usando equipamentos de proteção (EPI); elaborar o levantamento de materiais e componentes das instalações existentes; executar a instalação de sistemas de climatização; zelar pela conservação, limpeza e estado de operação dos instrumentos, equipamentos e locais de trabalho, observando a necessidade de utilização de dispositivos especiais e outros equipamentos relativos ao asseio e ao controle do processo; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior; auxiliar em caráter eventual a qualquer setor de manutenção que necessitar da equipe em caráter emergencial.

8. **MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

8.1. O procedimento de verificação dos serviços será realizado periodicamente, *in loco*, pelos fiscais do contrato com base neste Termo de Referência e nas normas técnicas e regulamentos aplicados ao objeto.

8.2. O contrato será gerido por um fiscal titular e um fiscal substituto, devendo todas as comunicações serem realizadas com eles e preferencialmente por escrito, inclusive por e-mail.

8.3. É terminantemente proibida a comunicação sobre aspectos relativos à execução dos serviços com pessoas que não sejam os fiscais titular e substituto.

8.4. Os serviços que não atenderem aos requisitos técnicos e de qualidade serão considerados insatisfatórios e deverão ser corrigidos às custas da Contratada.

8.4.1. Ao verificar erros de execução ou serviços insatisfatórios, os fiscais devem notificar a Contratada para que os erros sejam corrigidos de modo a não comprometer a execução e qualidade do serviço.

8.5. Para o item 1, os serviços serão pagos mensalmente, com base nas faturas/medições emitidas pela Contratada e atestadas pela Contratante, incluindo eventuais ajustes no valor a ser pago, conforme IMR anexo a este Termo de Referência.

8.5.1. Eventuais peças, insumos ou materiais utilizados na prestação dos serviços não serão objeto de medição específica, devendo estar inclusos na proposta do licitante.

8.5.2. Deverão correr por conta da Contratada eventuais testes nos produtos ou sistemas utilizados, conforme Art. 75 da Lei 8.666/1993.

8.6. Para o item 2, o serviço será pago semestralmente, após a coleta, análise e emissão do laudo de qualidade do ar.

8.7. A Contratada deverá assegurar a integridade das edificações após a realização dos serviços, efetuando correções em forros, tubos de dreno, ligações elétricas sempre que houver movimentação nos equipamentos do sistema de climatização.

8.8. As atividades desenvolvidas devem atender rigorosamente às exigências deste Termo de Referência e demais instrumentos anexos, além das respectivas normas técnicas nacionais ou, em caso de omissões nestas, normas internacionais.

8.9. A fiscalização do contrato rejeitará, no todo ou em parte, serviço em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e demais instrumentos anexos, nos termos do art. 76 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. A Contratada deverá fornecer os materiais, equipamentos, peças e/ou insumos necessários à prestação do serviço, com base nos termos do item 7 (Modelo de Execução do Objeto) deste Termo de Referência.

9.2. Os materiais, equipamentos, peças e/ou insumos utilizados pela Contratada deverão estar inclusos em sua proposta, não sendo objeto de medição específica;

9.3. A não descrição de todos os materiais, equipamentos, peças e/ou insumos necessários à execução dos serviços não pode ser invocada pela CONTRATADA como motivo para eventual acréscimo de preços;

9.4. A lista de materiais, equipamentos, peças e insumos presentes no item 7 (Modelo de Execução do Objeto) é meramente exemplificativa, devendo ser utilizados todos os que forem necessários à efetiva prestação dos serviços.

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11. Exigir da Contratada que providencie o seguinte como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 10.11.1. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 10.11.2. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 10.11.3. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 10.11.4. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, das normas técnicas aplicáveis e dos demais instrumentos anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, além de reparar eventuais danos às instalações da Contratante em decorrência da execução dos trabalhos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante, devendo observar inclusive o regime de tributação ao qual está submetida e adequar sua proposta a ele.
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo de referência.
- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.17. Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida na Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.21. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais, municipais e distritais, em consequência de fato imputável à Contratada e relacionado com este Contrato.
- 11.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 11.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

- 11.24. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.24.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.24.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 11.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC.
- 11.27. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço, fazendo constar seu nome completo, CPF e RG.
- 11.28. Apresentar, por ocasião de cada medição, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários de todos os profissionais constantes do subitem anterior.
- 11.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme as categorias profissionais utilizadas na prestação dos serviços.
- 11.30. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 11.30.1. Tal obrigação se dá a fim de garantir o sigilo e segurança das instalações da SERS, visto que os serviços serão prestados em todos os ambientes de trabalho da Superintendência.
- 11.31. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 11.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 11.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.34. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 11.35. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 11.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.37. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77);
- 11.37.1. Providenciar, em no máximo 5 (cinco) dias após assinatura do contrato, ART's e registros/vistos necessários no CREA/RS, referentes ao objeto de contrato e às suas especialidades pertinentes, apresentando prova do registro à Fiscalização do contrato para verificação.
- 11.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 11.39. Elaborar o Diário de Ocorrências incluindo diariamente, pelo responsável técnico, as informações sobre o andamento do serviço, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 11.40. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de operação.
- 11.41. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006: a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; c) florestas plantadas; e d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 11.42. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 11.42.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 11.42.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 11.42.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 11.42.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 11.43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 11.43.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 11.43.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, entregando à Contratante o certificado de destinação e obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 11.43.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 11.43.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 11.43.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 11.43.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 11.43.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 11.43.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos

da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.44. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.44.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.44.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.44.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.45. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local dos serviços.

11.46. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

11.47. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

11.48. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.49. Providenciar a imediata correção de deficiências apontadas pela Fiscalização quanto à execução do objeto contratado.

11.50. Verificar, *in situ*, as condições para a execução do contrato, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de todas as etapas da obra.

11.50.1. Quaisquer danos causados pela Contratada diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ação ou omissão, inclusive de seus profissionais, serão de inteira e única responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

11.50.2. A Contratada deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução dos serviços usando materiais e acabamentos idênticos e/ou similares aos existentes.

11.50.3. A Contratante poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada ou da garantia os valores referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços contratados.

11.50.4. A fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante não exclui ou reduz essa responsabilidade.

11.51. Manter os profissionais, quando nas instalações da Contratante, com apresentação condizente ao ambiente onde o serviço será executado e devidamente fardados e identificados com uso permanente de crachá.

11.51.1. A Contratada deverá também responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados, no desempenho de atividades relativas ao objeto deste Contrato, ainda que ocorridos em via pública ou nas dependências da Contratante.

11.52. Comunicar à Fiscalização, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada e que desaconselhe ou impeça a execução do contrato.

11.52.1. A não observância do dispositivo acima transferirá para a Contratada as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

11.53. Armazenar, em local indicado pela Fiscalização, todos os materiais que forem retirados, para avaliação da Contratante. Todo material retirado, descrito nas especificações deste Projeto Básico cujo descarte não foi autorizado, pertence à Contratante.

11.54. Prestar, prontamente, toda a assistência técnico-administrativa necessária para a regular fiscalização do Contrato, mantendo preposto aceito pela Contratada e com competência para responder e tomar decisões pela Contratada, permitindo também o livre acesso da Fiscalização ao local dos serviços.

11.55. Acatar as determinações feitas pela fiscalização da Contratante no que tange ao cumprimento deste Contrato.

11.56. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.57. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.58. Observar postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança orgânica/corporativa da Contratante, incluindo a necessidade de guarda de sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, instruindo seus empregados quanto à necessidade de acatar tais normas.

11.59. Apresentar declaração da fabricante dos equipamentos atestando que a garantia será mantida com os serviços prestados pela contratada, sob pena de assumir a obrigação de reparar eventuais danos caso a garantia seja perdida.

11.60. Executar acabamentos, verificações em todos os trabalhos realizados, recolhimento de sobras de materiais e limpeza da área onde serão executadas as intervenções de trabalho. Os materiais eventualmente não utilizados serão de propriedade do Contratante.

11.61. Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévias da Contratante, quaisquer mudanças nos métodos executivos e/ou materiais que fujam às especificações do Caderno de Encargos e deste Termo de Referência.

11.61.1. Não serão aceitos pela Fiscalização os serviços executados ou os materiais empregados sem a referida aprovação.

11.61.2. Uma vez aprovados os métodos e/ou materiais a serem utilizados e suas condições de execução, os demais lotes/partidas ainda ficarão sujeitas à aceitação da fiscalização.

11.61.3. Depois de verificadas pela Fiscalização, as amostras serão conservadas no canteiro de serviço até o final dos trabalhos, de forma a facultar a qualquer tempo a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

11.61.4. Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar ainda a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações correrão por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante.

11.62. Executar os serviços nos horários predeterminados pela Contratante, conforme horário de expediente normal do órgão.

11.62.1. Solicitar formal autorização da Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para execução de serviços fora do horário normal de expediente (noite, fins de semana e feriados).

- 11.62.2. A autorização estará condicionada à expressa autorização do órgão, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.
- 11.63. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a Contratante for compelido a responder, em decorrência desta contratação.
- 11.64. Dimensionar sua proposta de forma que englobe o fornecimento de toda ferramenta, equipamento e utensílio para uso no canteiro de serviço de acordo com o plano de execução pretendido, observadas as determinações deste Termo de Referência, além de licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins.
- 11.64.1. A proposta deverá considerar eventuais despesas de transporte, carga, descarga, movimentação, içamento, perdas e estocagem, dentro e fora do local dos serviços, assim como o processo de sua utilização, além da limpeza final dos locais que sofreram intervenção.
- 11.64.2. A proposta deverá considerar eventuais testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos.
12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo anexo ao Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.12. Em hipótese alguma será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 14.16.1. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Termo de Referência, seus anexos e demais instruções fornecidas pela Fiscalização ou, de modo geral, com a boa prática da engenharia, poderá a Contratante, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação (total ou parcial) dos trabalhos defeituosos ou a reexecução dos serviços concluídos, sem ônus à Contratante.
- 14.16.2. Os serviços rejeitados pela Fiscalização, por não estarem de acordo com este Termo de Referência, deverão ser refeitos corretamente e com antecedência necessária para não prejudicar o andamento cronológico da contratação, arcando a Contratada com o ônus do fato.
- 14.16.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
15. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

- 15.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;
- 15.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos estiverem executados em sua totalidade.
- 15.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso, além dos certificados de destinação dos resíduos provenientes dos serviços;
- 15.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.2.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;
- 15.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 15.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 15.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 15.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 15.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 15.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 15.4. Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços, pelos prejuízos decorrentes da execução incorreta do contrato. Também não excluirão a responsabilidade ética profissional pela execução deste Contrato e as garantias e responsabilidades assumidas em contrato ou por força de disposições legais em vigor.
- 15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, em seus anexos e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 16. DO PAGAMENTO**
- 16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. A emissão da última Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.4.1. o prazo de validade;
- 16.4.2. a data da emissão;
- 16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 16.4.5. o valor a pagar; e
- 16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira = 3% a.a. = $(3/100)/365 = 0,00008219$;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela a ser paga.

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC-M - Índice Nacional da Construção Civil - exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em virtude de o objeto possuir um valor estimado de baixa monta e não apresentar elevado complexidade técnica.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. cometer fraude fiscal;

19.1.6. não mantiver a proposta.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

19.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
02	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
03	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
04	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
05	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
5	Deixar de comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	03
6	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
8	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.	02
9	Deixar de providenciar a remoção contínua de entulho e detritos dos locais de serviço, utilizando-se de transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público.	02
10	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
11	Deixar de entregar a ART/RTT, o Diário de Ocorrências, o Programa de Gerenciamento de Riscos e demais documentos pertinentes à execução do Contrato.	02
12	Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou EPI.	01
13	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
14	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
15	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
16	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

19.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada,

observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Registro nos Conselhos Profissionais

20.3.1.1. Para o item 1

a) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do domicílio ou sede do licitante, dentro do seu prazo de validade e com indicação de seu (s) responsável (eis) técnico (s), de nível superior com graduação em Engenharia Mecânica, Engenharia Industrial Mecânica ou tecnólogo da área de Engenharia Mecânica com atribuições profissionais reconhecidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia-CONFEA.

b) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do domicílio ou sede do profissional indicado como responsável técnico, com graduação em Engenharia Mecânica, Engenharia Industrial Mecânica ou tecnólogo da área de Engenharia Mecânica com atribuições profissionais reconhecidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia-CONFEA.

20.3.1.2. Para o item 2

a) Certidão de registro da empresa, referente à área de Biologia, expedida pelo Conselho Regional de Biologia – CRBio, Conselho Regional de Biomedicina – CRBM ou Conselho Regional de Farmácia – CRF da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da empresa, constando a área de atuação da empresa, compatível com o objeto da licitação ou Certidão de registro da empresa, referente à área de química, expedida pelo Conselho Regional de Química – CRQ, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Farmácia – CRF da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da empresa constando a área de atuação da empresa, compatível com o objeto da licitação.

b) Certidão de registro profissional do responsável técnico pelo serviço, referente à área de Biologia, expedida pelo Conselho Regional de Biologia – CRBio, Conselho Regional de Biomedicina – CRBM ou Conselho Regional de Farmácia – CRF.

c) Certidão de registro profissional do responsável técnico pelo serviço, referente à área de Química, expedida pelo Conselho Regional de Química – CRQ, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Farmácia – CRF.

20.3.1.3. Justificativa: O inciso I do art. 30 da Lei 8.666/93 autoriza o órgão a exigir para fins de qualificação técnica dos interessados “registro ou inscrição na entidade profissional competente”. A atividade econômica de engenharia e arquitetura está regulamentada pela Lei 5.194/66, neste caso o exercício não é totalmente livre, devendo-se moldar às normas previstas na legislação de regência. O registro pode ser exigido nos casos em que a profissão ou atividade exercida pela licitante se encontrar regulamentada através de lei em sentido estrito. A exigência do edital decorre da literalidade do art. 1 da Lei 6839 de 30.10.1980. Por outro lado, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), na Resolução n.º 336, de 27 de outubro de 1989, art. 4º, determina que a pessoa jurídica enquadrada em qualquer uma das classes do Art. 1º só terá condições legais para o início da sua atividade técnico-profissional, após ter o seu registro efetivado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

20.3.2. Atestado ou declaração de capacidade técnico-operacional:

20.3.2.1. Para o item 1

a) Atestado ou declaração expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com aval do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da região competente, por meio de CAT com registro de atestado, que indique a licitante como empresa contratada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva e elaboração de PMOC em sistemas de climatização (ar-condicionado).

20.3.2.2. Para o item 2

a) Atestado ou declaração expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que indique a licitante como empresa contratada para execução de análise e elaboração de laudo de qualidade do ar em, no mínimo, 10 (dez) pontos distintos, comprovado por um único atestado.

20.3.2.3. Justificativa: Caberá à Administração Pública com base na Lei 8.666/93 exigir atestados referentes à capacitação técnica da licitante, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (Art. 30, II e seu § 1º, I). A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica não tem como objetivo limitar o caráter competitivo que deverá nortear o procedimento licitatório, mas apenas aferir a experiência anterior da licitante quanto ao objeto da licitação, necessária para a garantia da qualidade do serviço, não restringindo desta forma a competitividade do certame, de modo a dar cumprimento ao art.37, inciso XXI, da CF, e ao artigo 3,§1º da lei 8.666/93.

20.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional:

20.3.3.1. Para o item 1

a) Para o Engenheiro Mecânico, Engenheiro Industrial Mecânico ou Tecnólogo em Engenharia Mecânica: Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico que participará do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva e elaboração de PMOC em sistemas de climatização (ar-condicionado).

20.3.3.2. Para o item 2

a) Para o profissional da área de Biologia: Execução de análise e elaboração de laudo de qualidade do ar segundo a NT01 da Resolução nº 09/2003 da ANVISA.

b) Para o profissional da área de Química: Execução de análise e elaboração de laudo de qualidade do ar segundo a NT02, NT03 e NT04 da Resolução nº 09/2003 da ANVISA.

20.3.3.3. Justificativa: Caberá a Administração Pública com base na Lei 8.666/93 exigir atestados referentes à capacitação técnica dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características com o objeto da licitação (Art. 30, II e seu § 1º, I).

20.3.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

20.3.5. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

20.3.6. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da Contratante e local em que foram executados os serviços de engenharia

20.3.7. Declaração indicando o nome, CPF e número do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto.

20.3.7.1. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar do atestado de qualificação técnico-profissional, conforme §10º, art. 30, da Lei 8.666/1993.

20.3.7.2. Justificativa: A declaração aqui solicitada tem por finalidade atestar que o profissional cujos atestados foram apresentados como requisito de qualificação técnico-profissional realmente acompanhará e será o responsável pela execução dos serviços que se pretende contratar. Dito de outra forma, pretende-se, assim, evitar que os licitantes apresentem atestado de um profissional e outro profissional sem o acervo técnico daquele seja o responsável pelos serviços, o que traria sérios riscos à qualidade do serviço e descumpriria o §10º, art. 30, da Lei 8.666/1993.

20.4. O critério de julgamento da proposta é o de **menor preço global**.

20.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.6.1. **Valor Global:**

20.6.1.1. Para o item 1, será considerado como valor máximo da contratação o valor de R\$ 24.900,72 (vinte e quatro mil e novecentos reais e setenta e dois centavos), correspondendo a um valor mensal de R\$ 2.075,06 (dois mil setenta e cinco reais e seis centavos).

20.6.1.2. Para o item 2, será considerado como valor máximo da contratação R\$ 1.149,20 (um mil cento e quarenta e nove reais e vinte centavos), correspondendo a R\$ 574,60 (quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos) por semestre.

20.6.1.3. Por se tratar de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos e documentos anexos a este Termo de Referência.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. A estimativa de preços consta do Relatório de Justificativa de Preços.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. A dotação orçamentária constará no Edital.

23. ANEXOS

23.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

23.1.1. Projetos do Sistema (SEI 0170367);

23.1.2. Documentação as-built do Sistema (SEI 0170370);

23.1.3. Certificado de Garantia (SEI 0234010);

23.1.4. Certificado de start-up do sistema (SEI 0234012);

23.1.5. Laudo de auditoria do sistema (SEI 0234022);

23.1.6. Estudos Técnicos preliminares (SEI 0192291);

23.1.7. Declaração de Vistoria/ Não vistoria (SEI 0207388);

23.1.8. Instrumento de Medição de Resultados (SEI 0197605).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ OTAVIO STEFANELLI POTSCH, Integrante Administrativo**, em 18/11/2020, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALAN BARBOSA COSTA, Oficial Técnico de Inteligência**, em 18/11/2020, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VLADIMIR DOMINGUES CENTENO, Oficial de Inteligência**, em 19/11/2020, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0254803** e o código CRC **46BC8E00**.